



Município de Bragança

Relatório e Contas Consolidadas 2013

Handwritten signatures and initials, including the word "Huni" and various stylized marks.

1. INTRODUÇÃO

O n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro que aprovou a Lei das Finanças Locais (LFL) estabelece que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, as contas dos Municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos”*.

Acrescenta-se, ainda no n.º 2 citado artigo, que *«Os procedimentos contabilísticos para consolidação de balanços dos Municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL.»*, facto que até à data ainda não foi concretizado.

Constata-se, por outro lado, que o POCAL, ao não fazer referência à exigibilidade da consolidação de contas relacionando toda a atividade do Município, gerida indireta ou diretamente pelo executivo, limita a análise global da aplicação dos recursos autárquicos, bem como constrange o controlo da respetiva economia, eficiência e eficácia da ação de desenvolvimento das políticas públicas. Face igualmente à necessidade legal, de consolidar contas, publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada (art.º 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de *“Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”*.

Refere o artigo 5.º da mesma norma legal (regime transitório) que *até à publicação de normas de consolidação de contas previstas nos planos setoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a toda as administrações públicas que compõem o setor público administrativo, devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos na presente portaria*.

Face à necessidade de aplicação deste regime pelos Municípios portugueses de forma coerente, harmoniosa e comparável, e considerando as lacunas existentes na articulação dos vários normativos, Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010, foram emanadas pelo grupo SATAPOCAL em maio de 2011, um conjunto de instruções que visavam permitir a articulação dos vários regimes.

Neste enquadramento de normativos legais e instruções a aplicar ao procedimento de consolidação de contas, é pertinente salientar que a Lei das Finanças Locais Lei n.º 2/2007, foi entretanto revogada pela Lei 73/2013 de 3 de setembro, cuja entrada em vigor se reporta a 1 de janeiro de 2014, pelo que se optou por aplicar à consolidação das contas do ano de 2013 os normativos legais constantes na Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro.

2. OBJETIVO DA CONSOLIDAÇÃO

Podemos referir que a consolidação de contas é uma técnica paracontabilística que tem por finalidade elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um grupo de sociedades, como se de uma única entidade se tratasse. Na consolidação, as empresas do grupo abdicam da sua individualidade, a favor da lógica do grupo tendo como objetivo dar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do “grupo público”.

Torna-se, então, necessário proceder à consolidação de contas do Município de Bragança, para que seja possível avaliar, quer o desempenho económico, quer a situação financeira do conjunto das empresas abrangidas na consolidação.

3. PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, o grupo é constituído pelo Município e entidades do setor empresarial cujo capital seja detido na totalidade (100%). A entidade contabilística consolidante é o Município de Bragança, sendo as restantes entidades que constituem o perímetro de consolidação, ou seja, participadas a 100%, constituídas pelo Mercado Municipal de Bragança, E.E.M. e a Terra Fria Carnes, Lda.

4. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Tendo em conta que o Município detém a totalidade do capital das entidades do setor empresarial local, o método a utilizar é o de consolidação integral.

Refere a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15, «Investimentos em subsidiárias e consolidação», publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsetor.

Este método consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações de resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

A Orientação n.º 1/2010 uniformiza princípios, normas, procedimentos e conceitos nos diversos Planos Setoriais de Contabilidade do Setor Público, contribuindo deste modo para a melhoria da qualidade da informação prestada pelas demonstrações financeiras consolidadas do Setor Público. No entanto verifica-se uma discrepância ao nível de normas contabilísticas entre o Setor Público e Privado, o que levanta alguns problemas nos procedimentos de consolidação.

O Setor privado já utiliza o SNC – Sistema de Normalização Contabilística que transpõe para o Direito Interno as Normas Internacionais de Contabilidade, enquanto que os vários Planos de Contabilidade do Setor Público ainda não fizeram aquela transposição, obrigando a conversões.

O facto do Setor Público ainda não ter adaptado os Planos Oficiais de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade obriga a conversões e ajustamentos nomeadamente ao nível dos Planos de contas (códigos diferentes), Valorimetria (o SNC admite o critério do justo valor, o qual não é aceite pelo setor público) e Impostos diferidos (não previstos no POCAL).



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller ones, some with dates like '16/04' and '17/04'.



RELATÓRIO
CONSOLIDADO 2013

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o Balanço Consolidado e Demonstração de Resultados Consolidada, documentos contabilísticos de base. O primeiro mapa, abrange os elementos acumulados até à data, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial do grupo, onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa. A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

Com o objetivo de analisar a situação financeira consolidada do grupo, apresentam-se seguidamente os Balanços relativos ao exercício de 2012 e 2013.

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

	2013		2012	
	Valor	estrutura	Valor	estrutura
ATIVO				
Ativo Fixo				
Bens de domínio Público	110.019.195,74	51,88%	114.755.662,71	55,38%
Imobilizações incorpóreas	254.847,38	0,12%	443.139,37	0,21%
Imobilizações corpóreas	93.336.227,20	44,01%	84.318.539,40	40,69%
Investimentos financeiros	2.682.396,81	1,26%	1.436.469,69	0,69%
Total (Ativo Fixo)	206.292.667,13	97,27%	200.953.811,17	96,99%
Ativo Circulante				
Existências	485.659,52	0,23%	442.278,03	0,21%
Dívidas de Terceiros	1.889.133,44	0,89%	3.104.497,50	1,50%
Títulos negociáveis	1.997,60	0,00%	1.997,60	0,00%
Depósitos em instituições financeiras e caix	2.134.271,89	1,01%	1.500.032,32	0,72%
Total (Ativo Circulante)	4.511.062,45	2,13%	5.048.805,45	2,44%
Acréscimos e Diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	1.218.027,45	0,57%	1.140.529,91	0,55%
Custos diferidos	51.737,29	0,02%	54.336,46	0,03%
TOTAL (ACTIVO)	212.073.494,32	100,00%	207.197.482,99	100,00%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Fundos Próprios				
Património	95.788.612,15	45,17%	94.234.357,32	45,48%
Reservas	2.315.972,35	1,09%	2.223.555,20	1,07%
Doações	14.803.409,47	6,98%	14.803.409,47	7,14%
Diferenças de consolidação	10.972,18	0,01%	10.972,17	0,01%
Resultados Transitados	10.028.161,19	4,73%	9.763.977,87	4,71%
Resultados Líquido do Exercício	2.347.014,01	1,11%	1.862.215,99	0,90%
Total (Fundos Próprios)	125.294.141,35	59,08%	122.898.488,02	59,31%
Passivo				
Provisões para Riscos e Encargos	9.714.178,46	4,58%	9.746.282,45	4,70%
Dívida a Terceiros - M/L prazos	7.499.662,48	3,54%	8.168.052,72	3,94%
Dívida a Terceiros - Curto prazo	5.289.463,71	2,49%	5.346.528,82	2,58%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Custos	939.528,68	0,44%	1.069.382,74	0,52%
Proveitos Diferidos	63.336.519,64	29,87%	59.968.748,24	28,94%
TOTAL (Passivo)	86.779.352,97	40,92%	84.298.994,97	40,69%
TOTAL (FUNDOS PRÓPRIOS+PASSIVO)	212.073.494,32	100,00%	207.197.482,99	100,00%

Através da análise do quadro e para o ano de 2013, podemos referir que ao nível do ativo líquido, com o valor de 212.073.494,32 euros, o agregado que apresenta maior peso relativo é o ativo fixo, com uma representatividade de 97,27%, em termos absolutos de 206.292.667,13 euros. Na estrutura dos fundos próprios destaca-se o valor do património, representando 51,8% dos fundos próprios e passivo.

Ao nível do passivo, que representa 40,92% dos fundos próprios e passivo, a rubrica de dívidas a terceiros (médio e longo prazos e curto prazo) representam 14,74% do passivo.

A evolução patrimonial no período 2012-2013 permite-nos concluir que o balanço consolidado sofre um incremento global em valor absoluto de 4.876.011,33 euros, ou seja, 2,35% repartida pelas seguintes rubricas:

ATIVO FIXO – Representando 97,27% do ativo líquido, apresenta um acréscimo em valores absolutos de 5.338.855,96 euros, ou seja, de 2,66%. A rubrica com o aumento mais acentuada foi a de *Imobilizações corpóreas* (que representam 44,01%) com 9.017.687,80 euros;

ATIVO CIRCULANTE – apresenta uma diminuição de 537.743,00 euros, ou seja, 10,65% em relação ao ano anterior. São as *Dívidas de Terceiros* diminuídas em 1.215.364,06 euros que mais contribuíram para esta variação;

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, compreendem os *acrécimos de proveitos* com um acréscimo de 77.497,54 euros relativamente ao ano anterior e os *custos diferidos* apresentam uma diminuição na sua variação de 2.599,17 euros;

FUNDOS PRÓPRIOS – Os Fundos próprios registaram um acréscimo de 1,95%, ou seja, 2.395.653,33 euros. Da sua variada composição, apresenta maior relevância o incremento do Património que contribuiu positivamente com 1.554.254,83 euros;

PASSIVO – Tendo sofrido um acréscimo de 2,94%, deverá ser analisado segundo os vários contributos, ou seja, vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

- ✓ no ano de 2013 foram diminuídas provisões para riscos e encargos no valor de 32.103,99 euros;
- ✓ no que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de Médio e Longo e Curto Prazos apresentam, relativamente a 2012, uma redução de 725.455,35 euros;
- ✓ relativamente aos acréscimos e diferimentos, nomeadamente ao nível dos proveitos diferidos, em valores absolutos aumentaram 3.367.771,40 euros, representam globalmente 29,87% do passivo.

Ao nível da Demonstração de Resultados Consolidada o ano de 2013, apresenta custos totais no valor de 28.568.954,05 euros, sendo que os proveitos são no valor de 30.915.968,06 euros, o Resultado Líquido ascende a 2.347.014,01 euros. Este resultado, regista comparativamente a 2012 um aumento de 26,03%, em valor absoluto 484.798,02, euros determinado essencialmente pela aumento dos resultados operacionais.

Analisando a estrutura dos custos do grupo municipal e por ordem de grandeza, os fornecimentos e serviços externos representam 38,12%, custos com pessoal 23,59% e amortizações 19,91%.

Ao nível dos proveitos, igualmente por ordem de grandeza, as transferências e subsídios representam 45,99%, impostos e taxas 22,02% e prestação de serviços 11,45%.

O Resultado Líquido do Exercício no ano de 2013 apresenta um valor de 2.347.014,01, melhoria face ao ano anterior, resultante do bom desempenho dos resultados operacionais.



BALANÇO

CONSOLIDADO 2013

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL

CÓDIGO DAS CONTAS POCAI	ATIVO	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA AL	MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.M. AL	TERRA FRIA CARNES, LDA. AL	BALANÇO CORRIGIDO AL	CORREÇÕES CONSOLIDAÇÃO AL	BALANÇO CONSOLIDADO 2013 AL	BALANÇO CONSOLIDADO 2012 AL
	Imobilizado:							
	Bens de domínio público							
451	Terrenos e recursos naturais	5.137.258,58			5.137.258,58		5.137.258,58	5.090.733,20
452	Edifícios	363.832,54			363.832,54		363.832,54	378.497,54
453	Outras construções e infra-estruturas	96.031.945,73			96.031.945,73		96.031.945,73	93.727.080,91
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	1.128.260,00			1.128.260,00		1.128.260,00	1.121.333,14
459	Outros bens de domínio público	0,00			0,00		0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	7.357.898,89			7.357.898,89		7.357.898,89	15.476.932,45
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00			0,00		0,00	0,00
		110.019.195,74	0,00	0,00	110.019.195,74	0,00	110.019.195,74	115.794.577,24
	Imobilizações incorpóreas							
431	Despesas de instalação	156.381,60			156.381,60		156.381,60	496.548,27
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	8.389,63			8.389,63		8.389,63	24.546,66
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00			0,00		0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	90.076,15			90.076,15		90.076,15	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00			0,00		0,00	0,00
		254.847,38	0,00	0,00	254.847,38	0,00	254.847,38	521.094,93
	Imobilizações corpóreas							
421	Terrenos e recursos naturais	18.032.496,75		104.391,26	18.136.888,01		18.136.888,01	17.404.326,48
422	Edifícios e outras construções	52.633.722,37	4.460.745,31	84.488,09	57.178.955,77		57.178.955,77	52.877.404,44
423	Equipamento básico	938.238,33	11.639,82	5.160,41	955.038,56		955.038,56	1.447.358,28
424	Equipamento de transporte	806.634,64		0,00	806.634,64		806.634,64	1.037.312,60
425	Ferramentas e utensílios	190.683,11			190.683,11		190.683,11	211.486,30
426	Equipamento administrativo	420.815,06		-2.608,99	418.206,09		418.206,09	381.860,80
427	Taras e vasilhame	0,00			0,00		0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	12.286,51	641,20	914,29	13.842,00		13.842,00	16.671,21
442	Imobilizações em curso	15.635.979,02			15.635.979,02		15.635.979,02	4.347.430,54
445	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00			0,00		0,00	0,00
		88.670.855,81	4.473.026,33	192.345,06	93.336.227,20	0,00	93.336.227,20	77.813.850,65
	Investimentos financeiros							
411	Partes de capital	3.801.902,51			3.801.902,51	-1.848.027,81	1.953.874,70	507.947,58
412	Obrigações e títulos de participação	0,00			0,00		0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	726.522,11			726.522,11		726.522,11	726.522,11
415	Outras aplicações financeiras	2.000,00			2.000,00		2.000,00	2.000,00
441	Imobilizações em curso	0,00			0,00		0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00			0,00		0,00	0,00
	Diferenças de consolidação	0,00			0,00		0,00	0,00
		4.530.424,62	0,00	0,00	4.530.424,62	-1.848.027,81	2.682.396,81	1.236.469,59
	Circulante:							
	Existências:							
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	485.659,52			485.659,52		485.659,52	460.994,63
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00			0,00		0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00			0,00		0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermediários	0,00			0,00		0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00			0,00		0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00			0,00		0,00	0,00
		485.659,52	0,00	0,00	485.659,52	0,00	485.659,52	460.994,63
282	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos: (a)							
	Empréstimos concedidos	0,00			0,00		0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:							
281	Empréstimos concedidos				0,00		0,00	0,00
211	Clientes c/c		34.267,16	53.800,05	88.067,21	-1.734,63	86.332,58	156.495,18
212	Contribuintes c/c				0,00		0,00	0,00
213	Utentes c/c	509.742,12			509.742,12		509.742,12	432.443,38
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	41.285,85			41.285,85		41.285,85	43.080,72
251	Devedores pela execução do orçamento				0,00		0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores				0,00		0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos		6.584,63	8.257,46	14.842,09		14.842,09	28.168,75
264	Administração autárquica				0,00		0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	1.292.399,18	395,71	2.907,39	1.295.702,28	-58.771,48	1.236.930,80	2.065.750,68
		1.843.427,15	41.247,50	64.964,90	1.949.639,55	-60.506,11	1.889.133,44	3.625.938,71
	Títulos negociáveis:							
151	Ações				0,00		0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação				0,00		0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública				0,00		0,00	0,00
159	Outros títulos				0,00		0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria		1.000,00	997,60	1.997,60		1.997,60	1.997,60
		0,00	1.000,00	997,60	1.997,60	0,00	1.997,60	1.997,60
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:							
12	Depósitos em instituições financeiras	2.052.901,54	23.245,15	49.896,19	2.126.042,88		2.126.042,88	1.685.223,30
11	Caixa	8.094,89	105,00	0,00	8.199,89	29,12	8.229,01	12.926,31
		2.060.996,43	23.350,15	49.896,19	2.134.242,77	29,12	2.134.271,89	1.698.149,61
	Acréscimos e diferimentos:							
271	Acréscimos de proveitos	1.218.027,45		0,00	1.218.027,45		1.218.027,45	909.607,90
272	Custos diferidos	50.306,98	0,00	1.430,31	51.737,29		51.737,29	42.175,68
		1.268.334,43	0,00	1.430,31	1.269.764,74	0,00	1.269.764,74	951.783,58
	Total de amortizações							
	Total de provisões							
	Total do activo	209.133.741,08	4.538.623,98	309.634,06	213.981.999,12	-1.908.504,80	212.073.494,32	202.104.856,64

CÓDIGO DAS CONTAS DOCAIS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA,E.M.	TERRA FRIA CARNES, LDA.	BALANÇO CORRIGIDO	CORREÇÕES CONSOLIDAÇÃO	BALANÇO CONSOLIDADO 2013	BALANÇO CONSOLIDADO 2012
51	Fundos próprios:							
55	Património	95.788.612,15	1.859.000,00	634.999,99	98.282.612,14	-2.493.999,99	95.788.612,15	94.234.357,32
56	Ajustamento de partes de capital em empresas	-635.000,00			-635.000,00	635.000,00	0,00	
	Reservas de reavaliação			128.598,53	128.598,53		128.598,53	128.598,53
571	Reservas:				0,00			
572	Reservas legais	2.187.373,82			2.187.373,82		2.187.373,82	2.094.956,67
573	Reservas estatutárias				0,00			
574	Reservas contratuais				0,00			
575	Reservas livres				0,00			
576	Subsídios				0,00			
577	Doações	14.678.759,87		124.649,80	14.803.409,47		14.803.409,47	14.803.409,47
	Reservas decorrentes de transferências de activos				0,00			
	Outras Variações no Capital Próprio				0,00			
	Diferenças de consolidação				0,00			
59	Resultados transitados	11.522.983,05	-376.253,53	-873.588,33	10.273.161,19	10.972,18	10.972,18	10.972,17
88	Resultado líquido em exercício	2.182.948,18	-57.088,08	-34.563,06	2.101.297,04	-245.000,00	10.028.161,19	9.763.977,87
					2.347.716,97	2.347.716,97	2.347.014,01	1.862.215,95
		126.735.677,07	1.426.658,39	-19.883,27	127.141.452,10	-1.847.310,84	125.294.141,35	122.898.488,02
	Passivo:							
292	Provisões para riscos e encargos	9.714.178,46			9.714.178,46		9.714.178,46	9.746.282,45
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)							
2611	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	6.554.808,61	554.490,30	213.402,55	7.322.701,46		7.322.701,46	7.026.197,31
	Fornecedores de imobilizado c/c	176.961,02		0,00	176.961,02		176.961,02	241.855,41
		6.731.769,63	554.490,30	213.402,55	17.213.840,94	0,00	7.499.662,48	8.168.052,72
2312	Dívidas a terceiros - Curto Prazo							
2311	Empréstimos de Médio e Longo Prazo						0,00	0,00
269	Empréstimos de curto prazo		130.070,80	10.503,31	140.574,11		140.574,11	133.771,10
2211+2212+2214+2215	Adiantamentos por conta de vendas						0,00	0,00
	Fornecedores c/c	398.960,42	46.624,81	60.102,59	505.687,82	-9.834,16	495.853,66	1.619.945,19
2213	Fornecedores - Cauções e Garantias						0,00	0,00
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.690.855,78			2.690.855,78		2.690.855,78	675.972,10
252	Credores pela execução do orçamento				0,00		0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				0,00		0,00	0,00
2611+2614	Fornecedores de imobilizado c/c	494.374,95	54.080,04	0,00	548.454,99	-54.080,04	494.374,95	1.498.924,10
2612	Fornecedores Imobilizado c/ cauções e garantias						0,00	0,00
2613	Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferência						0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	180.442,45	2.102,60	25.377,88	207.922,93		207.922,93	142.016,51
264	Administração autárquica	8.980,00			8.980,00		8.980,00	3.632,75
262+263+265+267+268	Outros credores	13.276,65	558,18	20.131,00	33.965,83	-612,53	33.353,30	32.457,14
217	Clientes e Utentes com Cauções	1.217.548,98			1.217.548,98		1.217.548,98	1.239.809,93
		5.004.439,23	233.436,43	116.114,78	5.353.990,44	-64.526,73	5.289.463,71	5.346.528,82
273	Acréscimos e Diferimentos:							
274	Acréscimos de Custos	934.242,91	1.953,00	0,00	936.195,91	3.332,77	939.528,68	1.069.382,74
	Provetos diferidos	61.013.433,78	2.323.08					

9



DEMONSTRAÇÃO
DE RESULTADOS CONSOLIDADA 2013

[Handwritten signatures and initials]

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL

CÓDIGO DAS CONTAS		MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.M.	TERRA FRIA CARNES, LDA.	DR Corrigido	Correções Consolidação	DR Consolidado 2013	DR Consolidado 2012
61	Custos e perdas							
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:							
	Mercadorias			103.910,70	103.910,70		103.910,70	123.861,28
	Matérias	546.327,79		0,00	546.327,79		546.327,79	679.316,54
62	Fornecimentos e serviços externos:	10.654.582,56	106.725,39	103.548,97	10.954.856,92	-64.522,52	10.890.334,40	10.766.406,24
	Custos com o pessoal:							
641+642	Remunerações	5.156.947,89	10.577,79	59.250,88	5.226.776,36		5.226.776,36	5.046.366,20
643 a 648	Encargos sociais	1.493.994,79	3.459,55	14.859,23	1.512.313,57		1.512.313,57	1.052.850,67
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	1.157.946,43			1.157.946,43	-245.000,00	912.946,43	747.118,70
66	Amortizações do exercício	5.558.931,76	106.235,29	23.980,14	5.689.147,19		5.689.147,19	6.111.767,24
67	Provisões do exercício	55.101,14	49.176,35	0,00	104.277,49		104.277,49	567.753,13
65	Outros custos operacionais	70.654,98	5.235,32	1.402,79	77.293,09		77.293,09	77.913,18
	(A)	24.694.487,34	371.409,69	306.952,51	25.372.849,54		25.063.327,02	25.173.353,18
68	Custos e perdas financeiros	202.021,64	13.484,37	10.791,74	226.297,75		226.297,75	289.031,64
	(C)	24.896.508,98	384.894,06	317.744,25	25.599.147,29		25.289.624,77	25.462.384,82
69	Custos e perdas extraordinários	3.252.079,83	7.987,98	19.261,47	3.279.329,28		3.279.329,28	2.312.091,23
	(E)	28.148.588,81	392.882,04	337.005,72	28.878.476,57		28.568.954,05	27.774.476,05
	Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00		0,00		0,00	0,00
	(G)	28.148.588,81	392.882,04	337.005,72	28.878.476,57		28.568.954,05	27.774.476,05
88	Resultado líquido do exercício	2.192.948,18	-57.088,08	-34.563,06	2.101.297,04		2.347.014,01	1.862.215,99
	(X)	30.341.536,99	335.793,96	302.442,66	30.979.773,61	0,00	30.915.968,06	29.636.692,04
	Proveitos e ganhos							
	Vendas e prestações de serviços:							
7111	Venda de mercadorias	0,00		112.204,47	112.204,47		112.204,47	114.905,63
7112+7113	Venda de produtos	2.316.593,99			2.316.593,99	-23.812,55	2.292.781,44	1.807.184,69
712	Prestações de serviços	3.181.770,33	235.306,31	164.104,00	3.581.180,64	-39.693,00	3.541.487,64	3.467.996,95
72	Impostos e taxas	6.807.296,10			6.807.296,10		6.807.296,10	5.834.344,19
(a)	Variação da produção				0,00		0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade				0,00		0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	13.019,60		14.796,93	27.816,53		27.816,53	21.375,61
74	Transferências e subsídios obtidos	14.218.030,77		0,00	14.218.030,77		14.218.030,77	14.560.818,60
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	4.730,53	0,01	4.730,54		4.730,54	278,39
	(B)	26.536.710,79	240.036,84	291.105,41	27.067.853,04		27.004.047,49	26.806.904,06
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.831.464,28	31.530,54	11,44	1.863.006,26		1.863.006,26	1.936.985,17
	(D)	28.368.175,07	271.567,38	291.116,85	28.930.859,30		28.867.053,75	27.743.889,23
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.973.361,92	64.226,58	11.325,81	2.048.914,31		2.048.914,31	1.892.802,81
	(F)	30.341.536,99	335.793,96	302.442,66	30.979.773,61		30.915.968,06	29.636.692,04
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	1.842.223,45	-131.372,85	-15.847,10	1.695.003,50		1.940.720,47	633.550,88
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	1.629.442,64	18.046,17	-10.780,30	1.636.708,51		1.636.708,51	1.647.953,53
	Resultados Correntes: (D - C)	3.471.666,09	-113.326,68	-26.627,40	3.331.712,01		3.577.428,98	2.281.504,41
	Resultado Líquido de Exercício: (F - G)	2.192.948,18	-57.088,08	-34.563,06	2.101.297,04		2.347.014,01	1.862.215,99

[Handwritten signatures and initials]



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

efin
CONSOLIDADAS 2013

17.12.13
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

De harmonia com o preceituado na Lei das Finanças Locais, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem obrigatoriamente os anexos ao Balanço Consolidado e Demonstração de Resultados consolidada.

Considerando, assim, a necessidade de consolidar contas, resultante de imperativo legal, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada (art.º 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de "*Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo*".

Segundo a referida orientação, estes documentos devem seguir a estrutura idêntica à prevista no POCAL, tendo sido sugerido o modelo de estrutura do anexo.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial do modelo sugerido. As notas não mencionadas, ou não são aplicáveis ou dizem respeito a factos ou situações que não existe informação disponível para divulgação, mantendo-se contudo a referida ordenação.

1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município, integra as entidades de natureza empresarial (independentemente de revestirem formas de direito privado ou serem entidades empresariais locais de direito público) que deste participe, de forma direta ou indireta, em 100% do capital.

As entidades incluídas no perímetro de consolidação, ou seja, participadas a 100%, são constituídas pelo Mercado Municipal de Bragança, E.E.M. e a Terra Fria Carnes, Lda.

A entidade consolidante é o Município de Bragança. Enquanto pessoa coletiva territorial de âmbito municipal, através dos seus órgãos, visa a prossecução dos interesses próprios da população que representa, desempenhando funções no âmbito das suas atribuições e que se encontram dispostas na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro de 2013.

O **MMB – Mercado Municipal de Bragança, E.E.M.**, iniciou a sua atividade em dezembro de 2002, inicialmente como Sociedade Anónima e posteriormente, em julho de 2005, transformada em Empresa Municipal.

A sociedade, com sede em Bragança, no mercado municipal, tem como objeto a gestão e exploração do mercado Municipal de Bragança e das suas envolventes diretas, o qual se destina ao comércio por retalho de produtos alimentares e não alimentares e, bem assim, a prossecução de outras atividades complementares ou subsidiárias.

É de referir que, por deliberação da Assembleia Municipal de 17 de dezembro de 2012, foi aprovada, sob proposta da Câmara Municipal realizada em 26 de novembro de 2012, a dissolução, liquidação e internalização das atividades do **MMB – Mercado Municipal de Bragança, E.E.M.**

A **Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda.**, tem por objeto o abate de animais – matadouro e comercialização de carnes, tem a sua sede no lote 213, Zona Industrial das Cantarias, Bragança.

É de referir que em 22 de fevereiro de 2013, foi aprovado em deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal realizada no dia 28 de janeiro de 2013 a dissolução, liquidação e internalização das atividades da empresa, **Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda.**

Grupo Municipal - Trabalhadores ao serviço, por categoria

Categoria	N.º de Trabalhadores			Total
	Município de Bragança	MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	Terra Fria Carnes, Lda.	
Executivo/Administrador	4			4
Dirigente	10			10
Técnico superior	39			39
Assistente técnico	78			78
Assistente operacional	221			221
Informática	4			4
Outros	11			11
TOTAL	367	0	0	367

As seguintes entidades são excluídas do perímetro de consolidação, pois a proporção do capital detido pelo Município, direta ou indiretamente, é inferior a 100%.

Nome da Entidade	Sede	% do capital detido em 2013
Associação para o Desenvolvimento Brigantia Ecopark	Forte S. João de Deus - Bragança	62,90
Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto	Rua Eng. Frederico Ulrich, 2650 - Maia	—
Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes	Rua Abílio Beça, n.º75/76 - Bragança	10,62
Associação para o Desenvolvimento do Régia Douro Parque	Avenida Carvalho Araújo - Vila Real	—
Município- Empresa de Cartografia e Sistema de Informação, S.A.	Taguspark, Edifício Ciência Dois, 2, 3.º Piso-Porto Salvo	0,77
Soc. de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A	Avenida Osnabruck, 29 - Vila Real	3,82
Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda.	Complexo Industrial do Cachão - Mirandela	4,545
PENOG-Parque Eólico da Nogueira, Lda	Rua 25 de Abril, n.º 25 - Esposende	5

2 – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

As entidades participadas utilizam como sistema de contabilidade o Sistema de Normalização Contabilística – SNC e o Município o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL. Assim, foi necessário homogeneizar a informação para um único sistema – utilizado pela entidade consolidante, ou seja, o POCAL.

O Município (entidade-mãe) deve aplicar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os critérios de valorimetria utilizados nas suas próprias demonstrações financeiras, pelo que os elementos do ativo, do passivo e dos fundos próprios/capital próprio, a incluir nas demonstrações financeiras consolidadas, devem ser valorizados segundo critérios de valorimetria uniformes ao grupo municipal e de acordo com o ponto 4 «Critérios de valorimetria» do POCAL.

Em 2013, tal como nos anos anteriores, as entidades incluídas no perímetro de consolidação utilizaram como principais critérios de valorimetria o disposto no Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, designado por SNC, enquanto que o Município utilizou o POCAL. Considerando a impossibilidade das entidades consolidadas apresentarem as demonstrações financeiras preparadas no sistema contabilístico utilizado pela entidade consolidante, a consolidação foi efetuada sem a referida homogeneização valorativa, nomeadamente no âmbito das amortizações. Consideramos no entanto que tal facto não compromete a imagem verdadeira e apropriada das contas consolidadas.

3 – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Tendo em conta que o Município detém a totalidade do capital das entidades do setor empresarial local, o método a utilizar é o de consolidação integral.

Refere a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15, «Investimentos em subsidiárias e consolidação», publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsetor.

Este método consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

As operações subjacentes a este método de consolidação são:

1. Homogeneização (temporal e valorativa) da informação;
2. Agregação (soma) de dados;
3. Anulação dos movimentos contabilísticos resultantes das operações internas.

Especificando as operações de consolidação referidas, salientamos os seguintes aspetos:

As entidades participadas utilizam como sistema de contabilidade o Sistema de Normalização Contabilística – SNC, e o Município o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, assim, foi necessário homogeneizar a informação para um único sistema – utilizado pela entidade consolidante – ou seja, o POCAL.

As datas usadas na preparação das demonstrações financeiras são reportadas a 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, tendo sido combinadas as demonstrações financeiras da entidade mãe e suas participadas, linha a linha, adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, proveitos e custos.

A fim de que as demonstrações financeiras consolidadas, apresentem informação acerca do grupo como a de uma entidade económica única, foram dados os seguintes passos:

- a) Eliminação da participação financeira da empresa detentora e dos capitais próprios da participada;
- b) A eliminação das operações internas obedeceu, designadamente às seguintes eliminações recíprocas:

Créditos e débitos. — Para a elaboração do balanço consolidado, os créditos e débitos entre as entidades que integram o perímetro de consolidação;

Custos e proveitos. — Para a elaboração da demonstração consolidada dos resultados foram eliminados os custos e proveitos, relativos às operações efetuadas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação.

Correções de Consolidação

Eliminação dos investimentos financeiros

	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.M.	TERRA FRIA CARNES, LDA	CORREÇÕES CONSOLIDAÇÃO
Investimentos financeiros	-2.483.027,82			-2.493.999,99
Patrimônio		1.859.000,00	634.999,99	
Diferença de consolidação				10.972,17
				-2.483.027,82

Eliminação das operações recíprocas

1 - Resumo das Operações entre entidades do grupo municipal – anulação de saldos

	Provisões para investimentos financeiros	Ajustamentos de partes de capital em empresas
Camara Municipal Bragança Patrimônio	635.000,00	635.000,00

	21.1 - Clientes	22.1 - Fornecedores c/corrente	26.8 - Outros devedores	27.1 - Fornecedores imobilizado	62 - Fornecimentos e Serviços Externos
Município de Bragança	-1.734,63		-58.129,83		-4.049,74
Mercado Municipal de Bragança, EM		9.834,16		54.080,04	

	12- Caixa	22.1 - Fornecedores c/corrente	26.8 - Outros devedores
Município de Bragança			-641,65
Terra Fria Carnes, Lda	29,12	612,53	

	63 - Transferências Correntes	59 - Resultados Transitados
Município de Bragança	-245.000,00	
Mercado Municipal de Bragança, EM		160.000,00
Terra Fria Carnes, Lda		85.000,00

2 - Resumo das Operações entre entidades do grupo municipal – anulação de transações

	62 - Fornecimentos e Serviços Externos	69.7 - Custos e perdas extraordinários	71.1 - Vendas de produtos	71.2 - Prestações de Serviços	(Balanço) 273 - Acréscimos de Custos
Município de Bragança	-36.660,23		16.251,80		-3.332,77
Mercado Municipal de Bragança, EM	-16.251,80			39.993,00	

	62 - Fornecimentos e Serviços Externos	71.1 - Vendas de produtos
Município de Bragança		7.290,75
Terra Fria Carnes, Lda	-7.290,75	

4 - Informações relativas ao endividamento

Embora a estrutura sugerida do modelo refira neste ponto exclusivamente o endividamento de médio e longo prazos informamos, complementarmente, a informação das dívidas de médio e longo prazos cujo grau de exigibilidade será de curto prazo.

4 a) – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

O grupo municipal apresenta o seguinte endividamento de médio e longo prazos:

Código /designação das contas a)	Dividas a terceiros de médio/longo prazos b)				Eliminação de Créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Bragança	MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	Terra Fria Carnes, Lda.	Total		
1	2	3	4	5=1+2+3+4	6	7=5-6
23.1.2 Empréstimos de médio e longo prazo						
Banco Bilbao Vizcaya	983.942,70			983.942,70		983.942,70
Banco Bilbao Vizcaya	1.249.999,98			1.249.999,98		1.249.999,98
Banco Bilbao Vizcaya	1.291.666,65			1.291.666,65		1.291.666,65
Banco Espírito Santo	149.568,28			149.568,28		149.568,28
Banco Espírito Santo	286.278,60			286.278,60		286.278,60
Banco Português Investimento	110.844,01			110.844,01		110.844,01
Caixa Geral Depósitos	434.665,82			434.665,82		434.665,82
Caixa Geral Depósitos	971.439,00			971.439,00		971.439,00
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	623.383,57	554.490,30	213.402,55	1.391.276,42		1.391.276,42
Inst. F. Desenv. Regional I.P	453.020,00			453.020,00		453.020,00
26.1.1 Fornecedores de imobilizado c/c	176.961,02			176.961,02		176.961,02
TOTAL	6.731.769,63	554.490,30	213.402,55	7.499.662,48	0,00	7.499.662,48

a) A desagregar de acordo com as rubricas de balanço consolidado relativas às dividas a terceiros - médio e longo prazos

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

4 b) – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos – exigibilidade curto prazo

Considerando que as entidades participadas refletem nas suas demonstrações financeiras, os seus passivos com entidades, discriminados conforme o grau de exigibilidade, o quadro seguinte informa sobre o endividamento com entidades financeiras e fornecedores de imobilizado, cuja exigibilidade é de curto prazo:

Código /designação das contas a)	Dividas a terceiros - de curto prazos a)				Eliminação de Créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Bragança	MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	Terra Fria Carnes, Lda.	Total		
1	2	3	4	5=1+2+3+4	6	7=5-6
23.1.1 Empréstimos de curto prazo						
Caixa Crédito Agrícola Mútuo		130.070,80	10.503,31	140.574,11		140.574,11
26.1.1 Fornecedores de imobilizado				0,00		0,00
Direção Geral do Património	64.894,39			64.894,39		64.894,39
Banco de Portugal				0,00		0,00
TOTAL	64.894,39	130.070,80	10.503,31	205.468,50	0,00	205.468,50

[Handwritten signatures and initials]

4 c) – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do Balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial

O grupo municipal apresentará previsivelmente as seguintes dívidas a terceiros em 31 de dezembro de 2017

Código /designação das contas a)	Capital em Dívida em 31/12/2013				Pagamentos previstos durante os próximos 4 anos			Total dos pagamentos previstos Grupo Público consolidado	Capital Consolidado Previsível em Dívida no fim de 2017
	Município de Bragança	MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	Terra Fria Carnes, Lda.	Total Grupo Público consolidado	Município de Bragança	MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	Terra Fria Carnes, Lda.		
1	2	3	4	5=1+2+3+4	6	7	8	9=6+7+8	10=5-9
Entidades financeiras	Banco Bilbao Vizcaya	983.942,70		983.942,70	347.273,76			347.273,76	636.668,94
	Banco Bilbao Vizcaya	1.249.999,98		1.249.999,98	333.333,36			333.333,36	916.666,62
	Banco Bilbao Vizcaya	1.291.666,65		1.291.666,65	333.333,36			333.333,36	958.333,29
	Banco Espírito Santo	149.568,28		149.568,28	149.568,28			149.568,28	0,00
	Banco Espírito Santo	286.278,60		286.278,60	286.278,60			286.278,60	0,00
	Banco Português Investimento	110.844,01		110.844,01	110.844,01			110.844,01	0,00
	Caixa Geral Depósitos	434.665,82		434.665,82	396.867,36			396.867,36	37.798,46
	Caixa Geral Depósitos	971.439,00		971.439,00	971.439,00			971.439,00	0,00
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	623.383,57	684.561,10	1.531.850,53	519.596,96	520.283,20	42.013,24	1.081.893,40	449.957,13
Formed. Imobilizado	Inst. F. Desenv. Regional I.P.	453.020,00		453.020,00	108.617,04				453.020,00
	Direção Geral do Património	241.855,41		241.855,41	241.855,41			241.855,41	0,00
	Banco de Portugal								
TOTAL	6.796.664,02	684.561,10	223.905,86	7.705.130,98	3.799.007,14	520.283,20	42.013,24	4.252.686,54	3.452.444,44

Nota: Este quadro inclui igualmente as dívidas cujo grau de exigibilidade é considerada de curto prazo

5 – Informações sobre saldos e fluxos financeiros

O mapa seguinte apresenta os saldos e fluxos financeiros entre a entidade consolidante e consolidadas, não se tendo verificado no exercício de 2013 operações entre as entidades consolidadas.

Tipo de fluxos	Município de Bragança / MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00	160.000,00		160.000,00	0,00		160.000,00		160.000,00	0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais	72.353,52	56.520,34		69.009,40	59.864,46	72.353,52	56.520,34		69.009,40	59.864,46
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	72.353,52	216.520,34	0,00	229.009,40	59.864,46	72.353,52	216.520,34	0,00	229.009,40	59.864,46

a) Relativamente a cada entidade abrangida pelo perímetro de consolidação deve ser elaborado um mapa que espelhe as relações financeiras com cada uma das restantes entidades abrangidas pelo mesmo perímetro. Neste quadro devem ser identificadas as entidades a que se referem as operações descritas.

Tipo de fluxos	Município de Bragança / Terra Fria Carnes, Lda.									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências		85.000,00		85.000,00	0,00		85.000,00		85.000,00	0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais	583,97	8.295,02		8.237,34	641,65	583,97	8.295,02		8.237,34	641,65
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	583,97	93.295,02	0,00	93.237,34	641,65	583,97	93.295,02	0,00	93.237,34	641,65

7 – Informações relativas a políticas contabilísticas

O Setor privado já utiliza o SNC – Sistema de Normalização Contabilística que transpõe para o Direito Interno as Normas Internacionais de Contabilidade, enquanto que os vários Planos setoriais de Contabilidade do Setor Público, neste caso particular o POCAL, ainda não fizeram aquela transposição, obrigando a conversões, nomeadamente quando o perímetro engloba entidades que utilizam o SNC.

Como já foi referido, considerando a impossibilidade das entidades consolidadas apresentarem as demonstrações financeiras preparadas no sistema contabilístico utilizado pela entidade consolidante, a consolidação foi efetuada sem a totalidade da referida homogeneização valorativa. No entanto podemos considerar que esta situação não terá um efeito relevante nas contas do grupo consolidado.

Os critérios valorimétricos utilizados pela entidade consolidante, relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões, são os seguintes:

Imobilizado:

Regra geral, o ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização.

Amortizações:

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, de acordo com o ponto 2.7.2. do POCAL.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando as taxas de amortização definidas no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

Existências:

São valorizadas ao custo de aquisição ou produção, sem prejuízo das exceções consideradas no ponto 4.2. do POCAL relativamente aos critérios valorimétricos. O método de custeio das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

[Handwritten signatures and initials]
19

Dívidas de e a Terceiros:

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Provisões:

O POCAL estabelece um conjunto de princípios contabilísticos, entre os quais o *princípio da prudência*, cuja aplicação deverá conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da entidade. Decorre da aplicação deste princípio a possibilidade de integração nas contas de um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou de provisões excessivas ou a deliberada quantificação de activos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso.

Considerando que a constituição de provisões deve respeitar apenas as situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às suas necessidades, são contabilizadas as seguintes provisões:

Provisões para cobrança duvidosa - Quanto às dívidas de *Clientes, Contribuintes e Utentes* cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, são constituídas provisões segundo o estabelecido no 2.7.1 do POCAL. Nestes termos foi considerada a provisão de 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses e a provisão de 100% para aquelas que se encontram em mora há mais de 12 meses.

Provisão para riscos e encargos, processos judiciais em curso - Esta conta serve para registar as responsabilidades de natureza específica e provável, derivadas da instauração de processos judiciais e cuja resolução pelos tribunais está em curso.

Provisões para investimentos financeiros - Esta conta serve para registar as diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior àquele.

Acréscimos e Diferimentos:

Os custos e proveitos são contabilizados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo que são reconhecidos à medida que são incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Disponibilidades:

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

8. Informações relativas a determinadas rubricas

8 a) – As despesas de instalação, investigação e desenvolvimento do exercício, perfazem o valor de 118.528,47 euros e são relativas à aquisição de serviços para a elaboração de vários projetos como o de reconversão urbanística da zona do Forte São João de Deus e execução dos edifícios da Sede do Município, intervenção arqueológica no sítio da Torre Velha/Terras de S. Sebastião – Castro de Avelãs, expositivo e museográfico para o museu da memória do Forte S. João de Deus, entre outros.

8 b) – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do Balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões

Ativo Bruto

Rubricas		Saldo Inicial Grupo Público	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo Final Grupo Público
41	Activo Bruto				
	Investimentos financeiros:	1.436.469,69	1.245.927,11	0,00	2.682.396,80
4111	Associações de municípios	454.326,89	400.000,00	0,00	854.326,89
4112	Empresas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00
4113	Empresas privadas ou cooperativas	3.741,00	0,00	0,00	3.741,00
4114	Empresas publicas	249.879,69	845.927,11	0,00	1.095.806,80
4141	Terrenos e recursos naturais	713.079,59	0,00	0,00	713.079,59
4142	Edifícios e outras construções	13.442,52	0,00	0,00	13.442,52
4153	Outras aplicações financeiras - Outros títulos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
42	Imobilizações corpóreas:	102.715.231,71	7.715.659,99	2.866.391,31	113.297.283,01
421	Terrenos e recursos naturais	17.695.818,97	349.512,82	91.556,22	18.136.888,01
422	Edifícios e outras construções	62.255.617,16	29.788,22	4.060.978,42	66.346.383,80
423	Equipamento básico	5.175.181,77	92.271,22	-78,07	5.267.374,92
424	Equipamento de transporte	4.297.628,99	0,00	0,00	4.297.628,99
425	Ferramentas e utensílios	1.082.246,56	8.214,97	0,00	1.090.461,53
426	Equipamento administrativo	2.219.292,43	147.142,59	-768,91	2.365.666,11
429	Outras Imobilizações Corporeas	155.318,18	3.677,40	-2.094,95	156.900,63
442	Imobilizações em Curso	9.834.127,65	7.085.052,77	-1.283.201,40	15.635.979,02
43	Imobilizações incorpóreas:	2.075.713,06	118.528,47	0,00	2.194.241,53
431	Despesas de instalação	1.829.231,85	75.852,27	0,00	1.905.084,12
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	187.081,26	12.000,00	0,00	199.081,26
443	Imobilizações em Curso	59.399,95	30.676,20	0,00	90.076,15
45	Bens de domínio público	145.391.887,69	2.370.772,08	-2.919.510,20	144.843.149,57
451	Terrenos e recursos naturais	5.137.158,58	100,00	0,00	5.137.258,58
452	Edifícios	468.261,67	0,00	0,00	468.261,67
453	Outras construções	129.430.320,36	51.717,63	954.214,70	130.436.252,69
455	Bens do património histórico	1.335.221,57	5.000,00	0,00	1.340.221,57
459	Outros bens do dominio publico	142.108,48	0,00	0,00	142.108,48
445	Imobilizações em Curso	8.878.817,03	2.313.954,45	-3.873.724,90	7.319.046,58
TOTAL		251.619.302,15	11.450.887,65	-53.118,89	263.017.070,91

Rubricas		Saldo Inicial Grupo Público	Reforços	Regularizações	Saldo Final Grupo Público
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
48.2	De Imobilizações Corpóreas	18.396.692,31	2.070.183,63	505.820,34	19.961.055,60
48.2.2	Edifícios e Outras Construções	8.312.943,54	1.307.197,64	452.713,15	9.167.428,03
48.2.3	Equipamento básico	3.935.295,60	377.118,62	78,07	4.312.336,15
48.2.4	Equipamento de transporte	3.295.719,34	195.275,01	0,00	3.490.994,35
48.2.5	Ferramentas e utensílios	898.301,98	51.641,70	50.165,26	899.778,42
48.2.6	Equipamento administrativo	1.812.732,78	135.496,15	768,91	1.947.460,02
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	141.699,07	3.454,51	2.094,95	143.058,63
48.3	De Imobilizações Incorpóreas	1.632.573,69	306.820,46	0,00	1.939.394,15
48.3.1	Despesas de instalação	1.465.803,42	282.899,10	0,00	1.748.702,52
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	166.770,27	23.921,36	0,00	190.691,63
48.5	Bens de Domínio Público	30.636.224,98	4.360.815,42	173.086,37	34.823.954,03
48.5.2	Edifícios	97.097,41	7.331,72	0,00	104.429,13
48.5.3	Outras construções	30.205.806,24	4.332.734,98	173.086,37	34.365.454,85
48.5.5	Bens do património histórico, artist. e cultural	191.212,85	20.748,72	0,00	211.961,57
48.5.9	Outros bens de domínio público	142.108,48	0,00	0,00	142.108,48
TOTAL		50.665.490,98	6.737.819,51	678.906,71	56.724.403,78

As **amortizações acumuladas do grupo público** apresentam no final do ano de 2013 e em termos absolutos 56.724.403,78 euros, resultante da incrementação ao saldo inicial de 50.665.490,98 euros de 6.737.819,51 euros de reforços e 678.906,71 euros de regularizações.

O seguinte quadro apresenta os valores globais repartidos pelas entidades que compreendem o grupo público:

	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
Município de Bragança	48.507.808,96	6.607.604,08	678.906,71	54.436.506,33
MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	1.130.054,07	106.235,29	0,00	1.236.289,36
Terra Fria Carnes, Lda.	1.027.627,95	23.980,14	0,00	1.051.608,09
Total do Grupo Público	50.665.490,98	6.737.819,51	678.906,71	56.724.403,78

Os reforços de Amortizações acumuladas do Município de Bragança incluem as importâncias provenientes das amortizações do exercício de 2013 em 5.558.931,76 euros e 1.048.672,32 euros de regularizações de anos anteriores, relevadas na conta «59 - Resultados transitados». No que respeita às regularizações (diminuições), 2.941,93 euros são provenientes de abates e 675.964,78 euros de outras regularizações relevadas na conta «59 - Resultados transitados», uma vez que a data do facto patrimonial reporta a exercícios anteriores.

8 j) – Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

Designação	Município de Bragança	MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	Terra Fria Carnes, Lda.	Total
Vendas	2.292.781,44	0,00	112.204,47	2.404.985,91
Prestação de serviços	3.181.770,33	164.104,00	195.313,31	3.541.187,64
TOTAL	5.474.551,77	164.104,00	307.517,78	5.946.173,55

8 m) – Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Remunerações a)				
	Município de Bragança	MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	Terra Fria Carnes, Lda.	Total
Órgão executivo	186.562,30	2.400,00	3.640,00	192.602,30
Órgão de fiscalização	50.909,85	3.690,00	0,00	54.599,85
TOTAL	237.472,15	6.090,00	3.640,00	247.202,15

a) Considerado o princípio da especialização dos exercícios

8 q) – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2013	2012			2013	2012
681	Juros suportados	197.880,90	272.392,09	781	Juros obtidos	33.581,65	45.069,11
682	Perdas em entidades participadas	0,00		782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00		783	Rendimento de imóveis	1.829.374,73	1.794.748,68
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00		784	Rendimentos de participações de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00		785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00		786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiras	28.416,85	16.639,55	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	49,88	
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros		97.167,38
	Resultados financeiros	1.636.708,51	1.647.953,53			1.863.006,26	1.936.985,17
		1.863.006,26	1.936.985,17				

8 r) – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

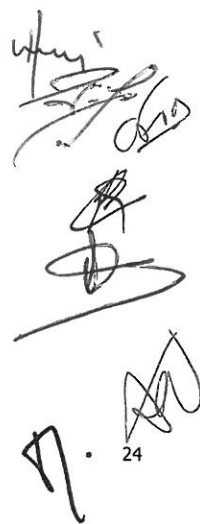
Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências de capital concedidas	2.635.530,79	1.974.404,88	791	Restituição de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	20.921,83	792	Recuperação de dívidas	0,00	
693	Perdas em existências	0,00		793	Ganhos em existências	0,00	499,42
694	Perdas em imobilizações	369,37	13.974,41	794	Ganhos em imobilizações	50.565,91	18.028,85
695	Multas e penalidades	0,00	15.975,10	795	Benefícios e penalidades contratuais	34.765,01	15.653,30
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00		796	Reduções de amortizações e provisões	32.103,99	0,00
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	617.718,71	280.373,78	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	23.719,36	16.877,51
698	Outros custos e perdas extraordinários	25.710,41	6.441,23	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.907.760,04	1.841.743,73
	Resultados extraordinários	-1.230.414,97	-419.288,42			2.048.914,31	1.892.802,81
		2.048.914,31	1.892.802,81				

8 s) Os movimentos ocorridos nas provisões são os seguintes:

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	223.141,38	104.277,49		327.418,87
292	Provisões para riscos e encargos	9.746.282,45		32.103,99	9.714.178,46
39	Provisões para depreciação de existências				0,00
49	Provisões para investimentos financeiros				
		9.969.423,83	104.277,49	32.103,99	10.041.597,33

A conta de provisões para cobrança duvidosa, de acordo com o risco de incobrabilidade dos respectivos créditos sobre clientes e utentes, sofreu um incremento no exercício de 2013 de 104.277,49 euros, perfazendo o valor acumulado de 327.418,87 euros, sendo uma parte relativa ao Município de Bragança (55.101,14 euros) e outra parte (49.176,35 euros) relativa risco de incobrabilidade de créditos sobre clientes da entidade participada – MMB – Mercado Municipal de Bragança, E.E.M.

As provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso/ processos instaurados contra o Município de Bragança que se encontram pendentes em 31 de dezembro de 2013 - sobre os quais coube recurso para os tribunais competentes - o valor global considerado previsível é de 9.714.178,46 euros. Assim, no exercício de 2013 procedeu-se à redução de 32.103,99 na importância de 474.120,49 euros.



Handwritten signatures and initials, including a large signature and a smaller one below it, followed by a date stamp.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE
CONTAS CONSOLIDADAS 2013
